



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

Imigração a nível Europeu, Português e o porquê de já não ser um tema tabu no contexto político

[Immigration at the European and Portuguese Levels and Why It Is No Longer a Taboo Topic in the Political Context]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Diogo Palma Silva Dias

Orientador:

Prof. Doutor Álvaro Campelo

Junho 2025

Imigração a nível Europeu, Português e o porquê de já não ser um tema tabu no contexto político

[Immigration at the European and Portuguese Levels and Why It Is No Longer a Taboo Topic in the Political Context]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Diogo Palma Silva Dias

Orientador:

Prof. Doutor Álvaro Campelo

Junho 2025

Dedicatória

Dedico este projeto a todos os profissionais
envolvidos na minha formação.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, expresso o meu profundo agradecimento à Universidade Fernando Pessoa, instituição onde tive o privilégio de crescer académica e pessoalmente, e onde desenvolvi os conhecimentos e valores que sustentam este projeto.

Agradeço também a todos aqueles que marcaram este meu percurso, desde Docentes até colegas e amigos meus.

Agradecer também à minha família que sempre me apoiou.

Resumo

Este projeto aborda a imigração em contextos europeu e português, combinando uma análise histórica, institucional, política e mediática. Começamos por recordar que, apesar de longa e multifacetada, a história migratória europeia adquiriu complexidade no pós-industrial, pós-Segunda Guerra Mundial e após a integração no espaço Schengen e nas crises de refugiados, em especial a de 2015. Em Portugal, o país transitou de origem de emigrantes para destino de imigrantes, um processo impulsionado pela Revolução dos Cravos, pelos retornados das ex-colónias e pela adesão à União Europeia. Os fluxos migratórios vindos dos PALOP, do Brasil, da Europa de Leste e de regiões asiáticas conferiram ao país um perfil cada vez mais multicultural. A análise destaca os desafios reais que enfrentam os imigrantes em Portugal: precariedade laboral em setores de pouca proteção, dificuldades no reconhecimento de qualificações, segregação habitacional, barreiras linguísticas, resultados educativos abaixo do esperado e discriminação racial. Esses fatores coexistem com uma burocracia complexa que ainda dificulta a inclusão plena, apesar de o país contar com políticas de integração consideradas progressistas, como regularizações extraordinárias, iniciativas linguísticas e o Plano Nacional para a Integração de Migrantes. Uma parte crucial do trabalho centra-se na politização da imigração, mostrando como o tema se transformou num eixo central do discurso político. A emergência do Chega, com um discurso securitário e identitário, e a resposta adaptativa dos partidos socialistas e sociais-democratas ilustram a disputa entre narrativas de exclusão e de inclusão. Os media, fragmentados e polarizados, criaram ecossistemas informativos onde o tema é apresentado ora como ameaça, ora como oportunidade, reforçando “bolhas” ideológicas e dificultando o diálogo democrático. O projeto conclui que a imigração deixou de ser tabu e passou a ser objeto de debate político permanente, marcado por tensões entre tradição e mudança, medo e esperança. No entanto, oferece também caminhos positivos: através de políticas baseadas em evidência, respeito pelos direitos humanos e narrativas de acolhimento, é possível transformar a imigração num motor de desenvolvimento, coesão social e renovação cultural num mundo globalizado.

Palavras-Chaves: Imigração, Discurso Político, Extrema-Direita, Políticas de Imigração, Imigrantes

Abstract

This project explores immigration in both the European and Portuguese contexts, combining historical, institutional, political, and media analysis. It begins by tracing the long and multifaceted history of European migration, which gained complexity after the Industrial Revolution, World War II, and the establishment of the Schengen Area, culminating in crises such as the 2015 refugee wave. In Portugal, the country transitioned from a nation of emigration to a destination for immigrants, a shift driven by the Carnation Revolution, the return of citizens from former colonies, and integration into the European Union. Migration flows from PALOP countries, Brazil, Eastern Europe, and Asia have shaped Portugal into an increasingly multicultural society. The project highlights the real challenges immigrants face in Portugal: labour market precarity in poorly protected sectors, difficulties with the recognition of qualifications, housing segregation, language barriers, low educational outcomes among immigrant children, and racial discrimination. These obstacles coexist with complex bureaucratic systems that hinder full integration, despite the country's progressive policies, such as extraordinary regularisation processes, language learning programmes, and the National Plan for the Integration of Migrants. A key focus is the politicisation of immigration, revealing how the issue has become central in political discourse. The rise of the far-right party Chega, with its securitarian and nationalist rhetoric, and the strategic responses by socialist and social democratic parties, reflect the broader battle between narratives of exclusion and inclusion. Meanwhile, a fragmented and polarised media landscape reinforces ideological "bubbles", presenting immigration either as a threat or an opportunity, complicating public debate. The project concludes that immigration is no longer a taboo, but a permanent subject of political debate, shaped by tensions between tradition and change, fear and hope. Yet it also highlights pathways forward: through evidence-based policymaking, respect for human rights, and inclusive narratives, immigration can become a driver of development, social cohesion, and cultural renewal in an increasingly globalised world.

Key-Words: Immigration, Political Discourse, Far-Right, Immigration Policies, Immigrants

Índice

1. Introdução.....	11
2. Imigração no contexto europeu	13
2.1 Breve História da Imigração na Europa.....	13
2.2 Imigração e ascensão da extrema-direita	14
2.3 Discurso político e mediático sobre imigração	16
3. Imigração no contexto português	19
3.1 História e evolução da imigração em Portugal	19
3.2 Políticas migratórias portuguesas	20
3.3 Desafios enfrentados pelos imigrantes em Portugal	22
3.4 Imigração e ascensão da extrema-direita em Portugal.....	24
4. O porquê da imigração já não ser um tema tabu	26
4.1 A politização da imigração	26
4.2 A polarização dos média e da opinião pública.....	27
4.3 O porquê de partidos socialistas/ socio democratas começarem a falar abertamente sobre a imigração	29
4.4 O porquê da imigração já não ser um tema tabu.....	30
Conclusão	33
Bibliografia.....	35

Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

UE - União Europeia

CEPR - Centro de Pesquisa Política Económica

FPO - Partido da Liberdade da Áustria

AFD - Alternativa para a Alemanha

CEE - Comunidade Económica e Europeia

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

AIMA- Agência de Integração, Migrações e Asilo

SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

1. Introdução

A imigração é, cada vez mais, uma realidade incontornável das sociedades contemporâneas. Longe de ser um fenómeno recente, tem acompanhado a história da humanidade, manifestando-se sob múltiplas formas e motivações, desde as migrações em busca de sobrevivência até aos fluxos atuais movidos por razões económicas, políticas ou ambientais. No século XXI, esta realidade ganhou uma nova intensidade e complexidade, tornando-se um dos temas mais debatidos e comentados no espaço público europeu.

Na Europa, a imigração deixou de ser apenas uma questão de fronteiras ou de políticas de acolhimento para se transformar num dos principais eixos de disputa ideológica. Os fluxos migratórios que se intensificaram nas últimas décadas, fruto da globalização, das desigualdades globais, de guerras prolongadas e de emergências climáticas, colocaram à prova os valores fundacionais da União Europeia, como a solidariedade, a liberdade de circulação e os direitos humanos. Portugal, historicamente país de emigração, assumiu progressivamente o papel de destino para milhares de migrantes oriundos de contextos muito diversos, desde os países africanos de língua oficial portuguesa até à Europa de Leste, à Ásia e à América do Sul.

Esta nova realidade trouxe consigo desafios concretos, mas também oportunidades de renovação social e cultural. O crescimento da diversidade populacional levanta questões sobre a integração, o acesso a direitos, a coesão social e a capacidade das políticas públicas em responder a contextos cada vez mais complexos. Ao mesmo tempo, a imigração tem sido cada vez mais instrumentalizada no discurso político, por vezes como bandeira de inclusão e progresso, outras como símbolo de ameaça e insegurança.

Este trabalho propõe analisar o fenómeno da imigração numa perspetiva ampla e crítica, abordando a sua evolução histórica, os seus diferentes tipos, as causas que a motivam e as consequências que dela resultam. Exploraremos ainda a forma como a imigração se tem manifestado em Portugal e no contexto europeu, os discursos que a envolvem, os desafios enfrentados pelos migrantes e a crescente politização do tema.

Por fim, refletir sobre o modo como a imigração passou de um assunto muitas vezes silenciado ou evitado, para se tornar um dos temas centrais da política contemporânea, tanto na sua dimensão institucional como na sua força simbólica.

Com base em dados científicos, legislação recente e estudos empíricos, este projeto pretende contribuir para uma compreensão mais informada, equilibrada e humana da imigração, reconhecendo a sua complexidade, mas também o seu lugar essencial na construção de sociedades mais justas, diversas e resilientes.

2. Imigração no contexto europeu

2.1 Breve História da Imigração na Europa

A imigração tem sido, ao longo dos séculos, um dos fenómenos sociais mais influentes na construção da Europa contemporânea. Mais do que números e estatísticas, representa histórias de vida, movimentos de esperança, desafios e transformações profundas que moldaram economias, culturas, identidades nacionais e políticas públicas. Apesar de hoje estar no centro dos debates políticos, a imigração está longe de ser um fenómeno novo. Os movimentos migratórios na Europa remontam a muitos séculos atrás, embora tenham assumido formas distintas conforme os contextos históricos (Lucassen & Lucassen, 2009).

Antes do século XIX, a Europa era maioritariamente agrária e pré-industrial. As deslocações populacionais aconteciam, sobretudo, a nível regional, motivadas por necessidades agrícolas, campanhas militares ou práticas religiosas como as peregrinações. Ainda não se falava em imigração em massa, mas sim em movimentos internos de curta ou média distância, muitas vezes sazonais (Lucassen & Lucassen, 2009).

Com a Revolução Industrial, o continente entrou numa nova era. Países como Alemanha, Bélgica, França e Reino Unido passaram a atrair grandes contingentes de migrantes, tanto vindos do interior rural como de regiões mais pobres da Europa, como a Irlanda, Itália ou Polónia. Estas pessoas procuravam melhores condições de vida e trabalho, fugindo à pobreza e ao desemprego nos seus países de origem (Bade, 2003; Moch, 2003). Foi neste período que a migração começou a assumir, pela primeira vez, uma dimensão verdadeiramente internacional e estrutural.

Após o devastador impacto da Segunda Guerra Mundial, a Europa viu-se com cidades destruídas, populações dizimadas e uma economia por reconstruir. A escassez de mão-de-obra levou muitos países a implementar programas formais de recrutamento de trabalhadores estrangeiros.

A Alemanha Ocidental fez acordos com países como a Turquia, Itália e Jugoslávia; a França recorreu à imigração vinda das suas ex-colónias no Norte de África; o Reino Unido acolheu migrantes oriundos das Caraíbas, Índia e Paquistão (Castles & Miller, 2009). Estes

migrantes, muitas vezes tratados como temporários, tornaram-se parte integrante do tecido social das cidades europeias.

Contudo, a crise do petróleo em 1973 marcou uma viragem. Muitos programas de imigração laboral foram suspensos, mas os movimentos migratórios não cessaram, apenas mudaram de natureza. A partir daí, passou a ser mais comum a entrada de refugiados, requerentes de asilo e migrantes em situação irregular, vindos de países em conflito ou em colapso económico (Martin, 2009).

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e os sucessivos alargamentos da União Europeia em 2004 e 2007, abriu-se uma nova fase na história migratória do continente. Milhares de pessoas de países como Polónia, Roménia, Bulgária e Lituânia mudaram-se para economias mais desenvolvidas, como o Reino Unido, Alemanha ou Espanha, ao abrigo da liberdade de circulação europeia (Kahanec & Zimmermann, 2010). Esta nova vaga trouxe novos desafios, mas também oportunidades como por exemplo a renovação demográfica e económica.

Finalmente, a crise dos refugiados de 2015 pôs à prova os valores humanistas da Europa e o respeito da legislação internacional. Com a intensificação da guerra na Síria, a instabilidade no Iraque e Afeganistão, e a repressão em países como a Eritreia, mais de um milhão de refugiados chegaram à União Europeia nesse ano. As respostas foram díspares: enquanto a Alemanha adotou uma política de acolhimento, outros países optaram por fechar fronteiras e reforçar barreiras físicas e legais (Triandafyllidou, 2018). Este momento tornou claro que a imigração não é apenas uma questão de fronteiras, é uma questão de escolhas políticas, de ver o lado humano, e tentar perceber como irá ser o futuro da Europa.

2.2 Imigração e ascensão da extrema-direita

Nas últimas duas décadas, o cenário político europeu transformou-se de forma significativa, com o crescimento constante dos partidos de extrema-direita. Esta ascensão não aconteceu por acaso, nem foi repentina.

Foi alimentada por um conjunto de eventos que, progressivamente, tornaram a imigração num dos temas mais polarizadores do discurso político. A crise financeira de 2008 fragilizou muitas economias e expôs desigualdades profundas.

Poucos anos depois, os fluxos migratórios de 2015, provocados por conflitos na Síria, Iraque, Afeganistão e outros pontos do globo, trouxeram milhões de pessoas às fronteiras da Europa. O receio instalou-se, e os partidos mais radicais souberam explorar esse medo.

Ao apresentarem os imigrantes como uma ameaça à identidade nacional, à segurança e ao bem-estar económico, estes partidos encontraram terreno para as suas ideias xenófobas e uma maneira fácil de influenciar populações vulneráveis: desempregados, trabalhadores precários, idosos e cidadãos que já se sentiam esquecidos pelos sistemas políticos tradicionais. A narrativa anti-imigração tornou-se uma ferramenta eficaz de mobilização eleitoral, baseada não apenas em factos, mas sobretudo em emoções como medo, desconfiança e frustração.

Estudos como o do CEPR revelam dados preocupantes: na Áustria, por exemplo, verificou-se que um aumento de apenas 1% na população imigrante correspondeu a um crescimento de 0,16 pontos percentuais no apoio ao partido de extrema-direita FPÖ. Esta correlação é ainda mais forte em regiões marcadas por desemprego, serviços públicos pressionados e baixos níveis de escolaridade. (Pág.5.)

Desde 2015, os media e os discursos políticos passaram a enquadrar a imigração como uma questão de segurança. Este processo, conhecido como securitização, levou à adoção de medidas que antes seriam impensáveis: militarização de fronteiras, detenções administrativas, e restrições severas de direitos.

Autores como Huysmans (2006) e Bigo & Guild (2020) documentaram este fenómeno, ao abordar como a perceção pública foi moldada mais pela retórica do que pela realidade.

Bilgili e Huddleston (2024) destacam que, após 2015, houve um crescimento exponencial de notícias negativas associadas à imigração, ligando-a a terrorismo, criminalidade ou sobrecarga dos sistemas sociais.

Esta mediatização criou um ambiente propício ao endurecimento das políticas migratórias, e ao mesmo tempo, impulsionou o apoio popular a partidos radicais, como aconteceu com a AfD na Alemanha ou os Democratas Suecos.

Os populistas de direita souberam aproveitar-se deste clima de incerteza. Como mostram Muis e Immerzeel (2017), apresentaram-se como os verdadeiros defensores da “identidade nacional”, pintando os migrantes como ameaças culturais e civilizacionais. Curiosamente, os seus maiores apoios vinham de zonas com muito poucos imigrantes, um paradoxo que revela o poder da perceção sobre a realidade.

Este discurso securitário contaminou também os partidos moderados, levando a uma “normalização do populismo de direita”, como apontou Cas Mudde (2019). Países historicamente moderados, como a Dinamarca ou os Países Baixos, endureceram significativamente as suas políticas migratórias, pressionados pela concorrência eleitoral.

Finalmente, os media desempenharam um papel central. Segundo Chouliaraki e Zaborowski (2017), não foi apenas o conteúdo das notícias que influenciou a opinião pública, mas também a forma como essas histórias foram contadas. Mesmo com a redução do número de chegadas de migrantes após 2016, a narrativa de crise continuou a dominar o espaço público.

Em suma, a ascensão da extrema-direita na Europa não pode ser compreendida sem analisar a forma como a imigração tem sido representada, manipulada e instrumentalizada.

Trata-se de um fenómeno que combina realidades socioeconómicas com estratégias comunicacionais e disputas políticas, onde o medo se tornou uma poderosa ferramenta de conquista de poder.

2.3 Discurso político e mediático sobre imigração

Desde a crise dos refugiados de 2015, a forma como a imigração tem sido debatida na esfera pública europeia mudou de forma profunda.

Os discursos políticos e mediáticos passaram a adotar uma linguagem cada vez mais polarizada, onde os migrantes são frequentemente apresentados não como pessoas em busca de segurança e dignidade, mas como ameaças à estabilidade e à identidade nacional.

Na televisão, nos jornais e nas redes sociais, a imagem do migrante surge muitas vezes associada ao medo, ao crime e à sobrecarga dos serviços públicos. Como referem D’Haenens, Leurs e Tsagarousianou (2019), os meios de comunicação tendem a privilegiar

narrativas que colocam a imigração no campo da insegurança e da desordem social, relegando para segundo plano os aspetos humanitários e os direitos humanos.

Este tipo de enquadramento não é isolado. Estudos realizados em países como França, Itália e Espanha mostram que a cobertura mediática frequentemente associa os migrantes a problemas económicos, como o desemprego ou a pressão sobre o sistema de saúde, bem como a conflitos culturais e religiosos (Berry, Garcia-Blanco, & Moore, 2015). Ao invés de promover uma discussão equilibrada, estes casos reforçam a perceção de que os migrantes são um fardo e não uma oportunidade.

Os efeitos deste tipo de comunicação não são apenas simbólicos, têm impactos reais. Experiências realizadas na Polónia revelam que a exposição repetida a notícias que associam imigração ao crime ou ao colapso dos serviços públicos reduz significativamente o apoio à integração europeia e fomenta atitudes hostis em relação aos migrantes (Boomgaarden & Vliegenthart, 2009).

A forma como os media abordam a imigração também varia entre países e entre tipos de imprensa. Nos Países Baixos, por exemplo, os jornais populares tendem a retratar os migrantes como “intrusos” que vêm “drenar” os recursos do Estado, enquanto a imprensa de elite apresenta posições mais moderadas e baseadas em dados (Dekker & Scholten, 2017; Caviedes, 2015).

Na Itália, metáforas como “ondas” ou “invasões” são utilizadas recorrentemente para descrever a chegada de migrantes, termos que criam um clima de urgência e legitimam políticas cada vez mais restritivas (Greussing & Boomgaarden, 2017).

Esta retórica não se limita aos meios de comunicação. Nos parlamentos nacionais e no discurso de vários líderes políticos, os migrantes são descritos como “ameaças à coesão social” ou mesmo como “invasores” que colocam em risco a identidade dos povos europeus. No caso britânico, por exemplo, esta linguagem tem sido recorrente no debate parlamentar sobre imigração (Fotopoulos & Kaimaklioti, 2016).

As redes sociais, por sua vez, funcionam como uma caixa de ressonância destas narrativas. Estudos como o de Kluknavská e Hrabčák (2021) mostram como partidos populistas de

direita, em países como a Eslováquia e a República Checa, usam plataformas como o Facebook para disseminar mensagens que dividem claramente a sociedade entre “nós” (os cidadãos nacionais) e “eles” (os migrantes). Estas mensagens reforçam o medo e a sensação de ameaça, alimentando a radicalização e o apoio a propostas políticas mais duras.

Em síntese, o discurso político e mediático sobre imigração na Europa está hoje fortemente marcado por narrativas que privilegiam a ameaça, a insegurança e o confronto cultural. Esta construção simbólica da imigração como um problema constante cria um ambiente propício ao crescimento da extrema-direita e à implementação de políticas restritivas, dificultando cada vez mais uma abordagem humanista, informada e racional sobre a mobilidade humana (D’Haenens et al., 2019; Dekker & Scholten, 2017).

3. Imigração no contexto português

3.1 História e evolução da imigração em Portugal

Durante grande parte da sua história moderna, Portugal foi um país de partidas. Milhares de portugueses deixaram o território nacional, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, em busca de melhores oportunidades de vida em países como França, Suíça, Alemanha ou Brasil. A emigração fazia parte da identidade nacional, marcada por um sentimento recorrente de que “lá fora” se vivia melhor (Rocha-Trindade, 1995, 2009, 2014; Espírito-Santo, 2012).

Mas esta realidade começou a mudar a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos. O fim da ditadura e o início do processo de descolonização trouxeram consigo uma transformação profunda nas dinâmicas migratórias do país. De repente, Portugal passou de exportador a recetor de pessoas. Foi neste contexto que regressaram milhares de portugueses provenientes das ex-colónias africanas, particularmente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Conhecidos como “retornados”, estes cidadãos, embora portugueses por nacionalidade, traziam consigo hábitos, vivências e visões do mundo profundamente marcadas pela experiência africana (Lopes, 2017).

A chegada dos retornados não foi apenas um fenómeno demográfico, foi também um desafio cultural e identitário, como destaca Lopes (2017), este momento marcou simbolicamente o início de uma nova fase na história migratória do país.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, o país conheceu uma transformação económica significativa. Esta nova estabilidade e crescimento tornaram Portugal mais atrativo para fluxos migratórios internacionais. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, começaram a chegar em maior número imigrantes dos PALOP, nomeadamente de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau, à procura de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho (Silva & Gomes, 2018).

Paralelamente, verificou-se um aumento de fluxos oriundos do Brasil e da China, bem como, mais tarde, de países do Leste Europeu, como a Ucrânia, Moldávia ou Roménia.

O início do século XXI trouxe ainda maior diversidade. Imigrantes do Nepal, Bangladesh, Índia e outros países asiáticos começaram a instalar-se em Portugal, contribuindo para o mosaico multicultural que hoje caracteriza muitas cidades e vilas do país (Pereira, 2020). Este fenómeno refletiu-se numa sociedade cada vez mais heterogénea, onde diferentes culturas, línguas e religiões passaram a coexistir no mesmo espaço.

Mas não foi apenas a diversidade que cresceu, também a consciência política e institucional sobre a importância da integração. Ao longo das últimas décadas, Portugal desenvolveu políticas de regularização e iniciativas voltadas para a inclusão social dos imigrantes, nomeadamente no acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Como refere Martins (2019), estas políticas foram determinantes para que Portugal seja hoje considerado, internacionalmente, um exemplo positivo no acolhimento e integração de migrantes.

Em suma, a história da imigração em Portugal é a história de uma transformação gradual, mas profunda. De um país marcado pela saída dos seus filhos, passámos a ser um destino de chegada, onde pessoas de todo o mundo procuram hoje construir uma vida melhor. Esta evolução não só mudou a demografia portuguesa, como contribuiu para tornar o país mais aberto, plural e consciente da sua diversidade.

3.2 Políticas migratórias portuguesas

A evolução das políticas migratórias em Portugal reflete, em grande medida, a própria transformação do país nas últimas décadas, de uma nação marcada pela emigração para um território de acolhimento cada vez mais plural e diverso. A forma como Portugal tem respondido aos desafios postos pela imigração revela uma trajetória de adaptação contínua, ajustando-se às realidades sociais, económicas e geopolíticas de cada momento histórico.

Após a Revolução dos Cravos em 1974, Portugal iniciou um novo ciclo político e social, marcado pela descolonização e pelo regresso massivo de cidadãos portugueses oriundos das antigas colónias africanas. A chegada dos chamados “retornados” colocou uma pressão inesperada sobre as estruturas do Estado, exigindo respostas imediatas em termos de habitação, emprego e integração social. Ainda que nem sempre de forma estruturada, este momento foi determinante para o início de uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para a gestão da diversidade (Martins, 2019).

Com o crescimento gradual da imigração, sobretudo proveniente dos PALOP, nos anos 1980 e 1990, Portugal começou a desenhar mecanismos legais e administrativos para acolher estas populações. Os primeiros processos de regularização extraordinária, em 1992, 1996 e 2001, marcaram uma viragem importante. Estes processos permitiram a milhares de imigrantes em situação irregular obter autorização de residência, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos, e promovendo uma maior estabilidade social (Silva & Gomes, 2018).

A adesão à Comunidade Europeia, em 1986, constituiu outro marco essencial. A partir desse momento, Portugal passou a integrar o quadro legal europeu em matéria de migração e asilo, o que implicou não só uma maior exigência no controlo de fronteiras, mas também um reforço dos direitos dos migrantes. A entrada no espaço europeu trouxe consigo não apenas obrigações jurídicas, mas também incentivos à criação de políticas de inclusão e de valorização da diversidade.

Durante o século XXI, face à crescente diversidade dos fluxos migratórios, Portugal assumiu uma abordagem mais inclusiva e estruturada. Programas como o “Português para Todos” foram fundamentais para garantir que a língua deixasse de ser uma barreira à integração. Simultaneamente, medidas como o Plano Nacional para a Integração de Migrantes (2019) reforçaram o compromisso do Estado com a coesão social, a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação (Martins, 2019; Pereira, 2020).

A legislação também evoluiu no sentido de proteger os direitos dos migrantes e facilitar a sua participação cívica. O Estatuto do Estrangeiro (2007) consolidou um quadro legal mais claro e justo, e Portugal destacou-se internacionalmente por medidas pioneiras, como os vistos humanitários para refugiados e os programas de retorno voluntário assistido (Silva & Gomes, 2018).

Apesar destes avanços, o país continua a enfrentar desafios importantes. A pressão migratória irregular, a necessidade de resposta a novas crises humanitárias e a articulação com as dinâmicas do mercado de trabalho exigem políticas flexíveis e ajustadas à realidade. Acresce ainda o envelhecimento demográfico da população portuguesa, que coloca a

imigração como uma componente estratégica para a sustentabilidade económica e social do país a médio e longo prazo.

A literatura científica é unânime em sublinhar que o sucesso das políticas migratórias não se mede apenas pela sua capacidade de controlar fronteiras, mas sobretudo pela forma como garantem inclusão, dignidade e participação plena aos migrantes. Portugal, neste percurso, tem procurado posicionar-se como um exemplo de equilíbrio entre segurança, direitos humanos e desenvolvimento, num mundo em constante mudança (Martins, 2019).

3.3 Desafios enfrentados pelos imigrantes em Portugal

Apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento internacional como um país relativamente inclusivo, os imigrantes em Portugal continuam a enfrentar diversos desafios que comprometem a sua plena integração social e económica. As políticas públicas têm procurado promover a inclusão, mas na prática persistem barreiras profundas, muitas delas estruturais, que afetam diretamente a qualidade de vida destas populações.

Um dos obstáculos mais significativos é o acesso ao mercado de trabalho. Muitos imigrantes acabam por se concentrar em sectores caracterizados por baixos salários, condições precárias e escassa proteção laboral, como a construção civil, a agricultura, o serviço doméstico e a hotelaria (Fonseca, 2008). Esta realidade não decorre apenas de escolhas individuais, mas de limitações estruturais, como o não reconhecimento das suas qualificações académicas e profissionais obtidas nos países de origem. Como sublinham Baganha e Góis (1999), esta desvalorização do capital humano impede que muitos imigrantes exerçam profissões para as quais estão plenamente habilitados, levando à sua sobrequalificação e frustração pessoal e profissional.

A habitação é outro desafio central. Em muitas áreas urbanas, nomeadamente nas regiões metropolitanas de Lisboa e Setúbal, os imigrantes vivem em condições de sobrelotação, em habitações degradadas ou sem contrato formal. Estudos demonstram que a dificuldade no acesso a uma habitação digna resulta não só da precariedade económica, mas também de práticas discriminatórias por parte de senhorios e agências imobiliárias (Fonseca & Esteves, 2014). Em alguns casos, esta realidade contribui para a criação de zonas marcadas por segregação espacial, onde a exclusão social se torna ainda mais visível.

A barreira linguística é particularmente sentida por imigrantes oriundos de países não lusófonos. Embora existam programas como o “Português para Todos”, a sua oferta continua insuficiente, sobretudo fora dos grandes centros urbanos. A dificuldade em comunicar em português limita o acesso ao emprego, aos serviços de saúde, à educação e à participação na vida pública (Oliveira, 2016), criando um ciclo de exclusão difícil de quebrar.

No sistema educativo, os filhos de imigrantes enfrentam obstáculos persistentes. Dados da OCDE (2015) indicam que estes alunos apresentam taxas superiores de insucesso e abandono escolar precoce, resultado de desigualdades socioeconómicas, barreiras linguísticas e, por vezes, práticas pedagógicas pouco inclusivas.

Estas dificuldades têm efeitos de longo prazo, afetando as perspetivas de mobilidade social e a coesão intergeracional.

Outro desafio central prende-se com a persistência de discriminação racial e étnica. Apesar da existência de legislação antidiscriminatória, os relatos de racismo continuam a ser comuns, tanto em interações do quotidiano como em contextos institucionais. Populações africanas, de etnia cigana e oriundas do Sul da Ásia são frequentemente alvo de preconceito, o que compromete o sentimento de pertença e a construção de uma identidade comum (Vala, Lopes & Lima, 2008).

A nível administrativo, muitos imigrantes enfrentam também entraves burocráticos prolongados nos processos de legalização. Exigências documentais complexas, tempos de espera excessivos e falta de apoio jurídico deixam milhares de pessoas numa situação de irregularidade, vulneráveis à exploração laboral, ao medo da deportação e ao impedimento de aceder a serviços essenciais (Oliveira, 2016) Nos tempos mais recentes, com a extinção do SEF e a criação da AIMA, pelo DecretoLei n.º 41/2023, de 2 de junho, os processos tornaram-se mais lentos, expondo as vulnerabilidades dos imigrantes.

Todos estes fatores convergem para uma realidade complexa, em que o discurso político e social tem um peso significativo. A ascensão de forças populistas de extrema-direita em Portugal, ainda que relativamente recente, tem contribuído para a amplificação de discursos xenófobos e racistas, muitas vezes orientados contra as comunidades imigrantes. Estes

discursos, além de desumanizadores, alimentam o medo e dificultam uma convivência baseada na empatia e no respeito pela diversidade.

Em suma, a experiência migratória em Portugal continua a ser marcada por contrastes: entre leis progressistas (que entretanto estão em discussão) e obstáculos práticos; entre acolhimento institucional e exclusão social. Compreender esses desafios é essencial para garantir políticas mais eficazes e uma sociedade mais justa, onde todos, independentemente da sua origem, tenham oportunidades reais de participação e pertença.

3.4 Imigração e ascensão da extrema-direita em Portugal

Durante décadas, Portugal destacou-se entre as democracias europeias por não ter uma presença significativa de forças políticas de extrema-direita no seu panorama parlamentar. Contudo, esta exceção começou a desvanecer-se nos últimos anos. A emergência do partido Chega, fundado em 2019, alterou profundamente a dinâmica política nacional, trazendo para o centro do debate temas como imigração, segurança e identidade cultural, muitas vezes associados a discursos populistas e excludentes.

O crescimento eleitoral do Chega tem sido notável: nas eleições legislativas de maio de 2025, o partido alcançou cerca de 23% dos votos, tornando-se a segunda força mais representada na Assembleia da República. Esta ascensão reflete não apenas o descontentamento de uma parte significativa da população com os partidos tradicionais, mas também a capacidade do Chega de mobilizar medos sociais e percepções de ameaça em torno da imigração.

Segundo Marchi e Zúquete (2024), os traços ideológicos que caracterizam a cultura política do partido incluem nativismo, autoritarismo e populismo, com um discurso centrado na defesa dos “portugueses de bem” e na desconfiança face ao “outro”. Embora o Chega não se concentre explicitamente na pureza étnica, ao contrário de algumas formações congêneres na Europa, (e movimentos partidários sem expressão parlamentar,

em Portugal, como o Ergue-te, PNR), o tema da imigração surge recorrentemente como eixo central da sua retórica.

Na análise de Saturnini (2022), o discurso do Chega apresenta a imigração como um fator de risco para a economia nacional, a segurança pública e a coesão cultural. O partido defende

políticas mais duras no controlo de fronteiras e restrições significativas na entrada e permanência de estrangeiros. Este discurso, ainda que adaptado ao contexto português, insere-se numa matriz comum a muitos partidos da extrema-direita europeia, uma retórica securitária que associa imigração a desordem e perda de identidade.

O Chega segue os contornos ideológicos da nova direita radical europeia: recusa do multiculturalismo, apelo à preservação da cultura nacional e defesa de um Estado forte no controlo dos fluxos migratórios. Esta instrumentalização da imigração funciona, assim, como uma estratégia política deliberada. O tema é utilizado para mobilizar o eleitorado em torno de valores de controlo, segurança e exclusão, funcionando como um “marcador ideológico” que separa os “nós” (os nacionais) dos “eles” (os migrantes). Através de um discurso emocional e polarizador, o Chega posiciona-se como o defensor da “identidade portuguesa” ameaçada, e essa retórica tem tido sucesso junto de eleitores descontentes, sobretudo em contextos de insegurança económica ou desconfiança institucional.

Em síntese, a ascensão da extrema-direita em Portugal está intimamente ligada à forma como o tema da imigração tem sido explorado no espaço político. O caso do Chega mostra como a retórica populista, assente em simplificações e estigmatizações, pode ganhar força mesmo em democracias com tradições inclusivas.

Portugal, apesar de chegar mais tarde a este fenómeno, insere-se hoje no padrão europeu de politização da imigração como arma de combate ideológico e eleitoral.

4. O porquê da imigração já não ser um tema tabu

4.1 A politização da imigração

Nos últimos anos, a imigração deixou de ser apenas um tema de gestão pública ou de integração social para se tornar um dos tópicos mais disputados no espaço político europeu e nacional. Esta transformação é o resultado de um processo crescente de politização, em que a presença de imigrantes é deliberadamente usada como arma retórica, símbolo de ameaça e marcador ideológico por parte de diversos atores políticos, especialmente da extrema-direita.

Como refere Rydgren (2018), a imigração passou a desempenhar um papel simbólico nas democracias contemporâneas, sendo associada a discursos identitários e a visões polarizadas da sociedade. Em vez de ser discutida com base em dados ou evidência empírica, tornou-se frequentemente um “palco de batalha” onde se joga a definição de pertença, segurança e futuro coletivo. Este fenómeno está particularmente presente no crescimento dos partidos populistas, que utilizam a imigração como um “bode expiatório” para justificar problemas como o desemprego, a insegurança ou o alegado colapso de valores tradicionais (Mudde, 2019).

A politização intensifica-se quando os media, em articulação com os discursos partidários, amplificam a visibilidade da imigração, muitas vezes através de narrativas sensacionalistas, que destacam episódios isolados e os apresentam como representativos de um fenómeno mais vasto (Boomgaarden & Vliegenthart, 2007). Esta abordagem mediática gera perceções públicas desproporcionadas e fomenta o medo, criando um ambiente emocional propício à adoção de políticas mais restritivas (Aalberg et al., 2012).

Em Portugal, durante muito tempo, o tema da imigração foi encarado com relativa moderação, marcado por uma certa abertura institucional e pela valorização da integração. No entanto, esta abordagem tem vindo a mudar, sobretudo com a ascensão do partido Chega, que trouxe para o discurso público uma retórica marcada pela desconfiança em relação ao “outro”.

Como referem Marchi e Zúquete (2024), a imigração passou a ser apresentada por este partido como uma ameaça à identidade nacional, à segurança e à estabilidade social, mesmo em contextos onde os dados não sustentam tais preocupações.

Este processo de politização não pode ser dissociado das transformações mais amplas que marcam o mundo globalizado. De acordo com de Haas (2010), os fluxos migratórios refletem dinâmicas económicas, demográficas e geopolíticas que desafiam os modelos tradicionais de soberania estatal. Neste contexto, a imigração tornou-se também um símbolo das tensões entre globalização e nacionalismo, entre abertura e fechamento das fronteiras.

Como consequência, a politização da imigração molda profundamente não apenas os debates eleitorais, mas também as políticas públicas, a perceção social dos imigrantes e o clima de coesão ou fragmentação nas sociedades. Segundo Betz (2017), este fenómeno tem o poder de redefinir prioridades políticas, influenciar agendas mediáticas e alterar o equilíbrio entre direitos humanos e interesses de segurança.

Em suma, a politização da imigração é mais do que um simples uso do tema em campanhas eleitorais, é uma estratégia deliberada de mobilização emocional, que explora inseguranças reais ou percebidas para reforçar posições ideológicas. Embora eficaz do ponto de vista político, esta abordagem levanta sérias questões éticas e sociais, pois contribui para a estigmatização dos imigrantes, alimenta divisões e fragiliza os pilares democráticos de inclusão e solidariedade esta alteração tem-se vindo a acentuar. Neste

ano de 2025, com o novo governo, há propostas sobre a mesa para novas políticas sobre imigrantes, seja sobre os pedidos de nacionalidade, o de reagrupamento familiar, ou o de sanções sobre os que cometam crimes de certa gravidade.

4.2 A polarização dos média e da opinião pública

A polarização dos media e da opinião pública em torno da imigração tem-se acentuado de forma preocupante nas democracias contemporâneas, afetando diretamente a capacidade de diálogo social e a formulação de políticas equilibradas. Num mundo mediático cada vez mais fragmentado, o acesso à informação deixou de ser homogéneo, e os cidadãos passaram a consumir notícias e opiniões que confirmam as suas crenças pré-existentes.

De acordo com Stroud (2011), esta segmentação dos meios de comunicação cria verdadeiros ecossistemas informativos paralelos, onde as pessoas escolhem as suas fontes com base na afinidade ideológica. Este fenómeno, conhecido como polarização seletiva, faz com que diferentes grupos sociais vivam realidades mediáticas distintas, reforçando visões opostas sobre temas como a imigração. Em vez de promoverem a diversidade de perspetivas, muitos meios de comunicação alimentam convicções já enraizadas, dificultando o encontro em posições comuns.

A investigação de Boomgaarden e Vliegenthart (2007) mostrou que os media convencionais, mesmo nos seus formatos mais tradicionais, tendem a dar maior destaque a aspetos negativos associados à imigração, como criminalidade, instabilidade social ou pressão sobre os serviços públicos. Esta abordagem, ainda que nem sempre intencional, contribui para a construção de perceções distorcidas sobre o fenómeno migratório, com impactos diretos na opinião pública.

Em paralelo, surgem fontes de informação alternativas, muitas vezes associadas a movimentos populistas ou de extrema-direita, que desenvolvem narrativas abertamente hostis à imigração. Estas plataformas alimentam o medo e a rejeição, apresentando os imigrantes como ameaça à cultura, à economia e à segurança. Por contraste, meios com orientação mais progressista procuram destacar os contributos positivos da imigração, como a renovação demográfica, o dinamismo económico e a diversidade cultural, criando assim uma paisagem mediática marcada por visões antagónicas (Aalberg et al., 2012).

A opinião pública reflete, inevitavelmente, esta fragmentação informativa. Segundo Ceobanu e Escandell (2010), os indivíduos mais expostos a fontes polarizadas tendem a desenvolver posições mais extremas em relação à imigração, acentuando a divisão entre quem vê os migrantes como uma ameaça e quem os encara como uma oportunidade. Esta clivagem não é apenas ideológica, mas também social e territorial, e está frequentemente associada a níveis de escolaridade, rendimento e contacto direto com populações imigrantes.

A influência dos media é, ainda, amplificada por líderes políticos e movimentos sociais que utilizam o tema da imigração como instrumento de mobilização.

Discursos nacionalistas, securitários ou identitários intensificam a percepção de conflito, promovendo o antagonismo em vez do entendimento (Rydgren, 2018). Ao fazê-lo, alimentam uma espiral de polarização difícil de reverter.

Em síntese, a polarização dos media e da opinião pública em torno da imigração não resulta apenas de divergências legítimas, mas de um sistema informativo que, muitas vezes, valida e reproduz discursos extremados. Este fenómeno compromete o debate democrático, enfraquece a empatia social e dificulta a construção de consensos sólidos em torno de políticas migratórias sustentáveis e justas.

4.3 O porquê de partidos socialistas/ socio democratas começarem a falar abertamente sobre a imigração

Durante muito tempo, os partidos socialistas e sociais-democratas mantiveram uma posição cautelosa em relação ao debate público sobre imigração. O receio de serem associados a discursos xenófobos, ou de perderem eleitores mais moderados, levou muitos destes partidos a tratar o tema com discrição, optando frequentemente por o integrar em agendas mais amplas de inclusão social ou direitos humanos, sem grande visibilidade mediática.

No entanto, a realidade política mudou. O crescimento da extrema-direita e a crescente centralidade da imigração nos media e no debate público colocaram os partidos de esquerda sob pressão para se posicionarem de forma clara. Segundo Rydgren (2018), a ascensão dos populismos obrigou os partidos tradicionais a reagirem, sob pena de perderem relevância política e eleitoral. A imigração deixou de ser apenas uma questão de gestão pública, passando a ser um marcador identitário e um campo de disputa ideológica entre visões progressistas e conservadoras.

A crise migratória de 2015 foi um ponto de viragem. De acordo com Dennison e Geddes (2019), este episódio forçou os partidos de esquerda a clarificarem as suas posições, enfrentando um dilema delicado: manter o compromisso com os direitos dos migrantes e a solidariedade internacional, ao mesmo tempo que respondiam às preocupações legítimas da população sobre segurança, integração e coesão social. Muitos partidos optaram, então, por

assumir uma abordagem mais aberta, procurando comunicar com mais transparência as suas propostas e medidas.

Mudde (2019) argumenta que, num contexto de crescente polarização, os partidos socialistas e sociais-democratas não podiam continuar a ignorar o tema. Para manterem a sua base eleitoral e a capacidade de influenciar políticas públicas, tornou-se essencial apresentar propostas concretas sobre imigração, capazes de competir com a narrativa da direita populista. Esta abertura discursiva não significa necessariamente um afastamento dos valores fundadores da esquerda, mas sim uma adaptação estratégica à nova realidade política.

Ao abordar o tema de forma aberta, estes partidos tentam também recuperar o controlo do enquadramento mediático da imigração. Como referem Boomgaarden e Vliegenthart (2007), a pressão dos media e a constante cobertura da temática obrigam os atores políticos a responder publicamente, sob risco de perderem protagonismo e deixarem o campo discursivo nas mãos de forças mais radicais.

Em suma, a decisão dos partidos socialistas e sociais-democratas de abordarem abertamente a imigração resulta da conjugação entre desafios eleitorais, imperativos mediáticos e a necessidade de responder a um tema que se tornou incontornável no debate público. Ao fazê-lo, procuram oferecer alternativas mais inclusivas e equilibradas aos discursos de exclusão e medo, reafirmando a sua relevância num cenário político cada vez mais competitivo e polarizado.

4.4 O porquê da imigração já não ser um tema tabu

Durante muito tempo, a imigração foi um tema que muitos partidos evitavam discutir abertamente, por receio de reacender preconceitos ou por não quererem ser associados a discursos xenófobos. No entanto, essa realidade mudou profundamente ao longo das últimas décadas. A imigração passou a estar no centro do debate político europeu e tornou-se um dos temas mais discutidos em campanhas eleitorais, parlamentos e meios de comunicação.

Esta transformação não aconteceu por acaso. De acordo com Koopmans (2010), à medida que os fluxos migratórios se tornaram mais visíveis, os partidos, especialmente os de direita

populista, começaram a usar a imigração como ferramenta de mobilização política. Ao incorporarem o tema nas suas agendas, quebraram o silêncio institucional que durante anos o envolveu, transformando-o num símbolo de identidade, pertença e fronteira social.

Esta mudança também está relacionada com a forma como os media passaram a tratar o assunto. Estudos como o de Boomgaarden e Vliegenthart (2007) mostram que a cobertura mediática da imigração aumentou significativamente e passou a focar-se, muitas vezes, em questões ligadas à segurança, à economia ou ao impacto cultural. Esta exposição constante criou um ciclo de retroalimentação: quanto mais os media falavam do tema, mais os políticos sentiam a necessidade de se pronunciar, e vice-versa (Aalberg et al., 2012).

A crise migratória de 2015 foi, sem dúvida, um ponto de viragem. A chegada de centenas de milhares de refugiados à Europa colocou uma enorme pressão sobre os sistemas de acolhimento e expôs divisões internas entre os Estados-membros. Como refere Betz (2017), foi neste momento que muitos governos e partidos foram forçados a discutir a imigração de forma mais direta e pública, abandonando a prudência discursiva que antes caracterizava o tema.

Mas há outro fator decisivo: a mudança das normas do debate político. Como argumenta Mudde (2019), a ascensão da extrema-direita normalizou discursos mais duros sobre imigração, tornando aceitável aquilo que antes seria considerado inaceitável.

Com isso, o tema deixou de ser tabu e passou a ser um terreno legítimo de confronto ideológico, tanto à direita como à esquerda.

Além disso, a própria complexidade do fenómeno migratório exige um debate mais sério e regular. Como sublinha Haas (2010), a imigração envolve dimensões económicas, sociais, culturais e securitárias, que não podem ser ignoradas.

Isso leva a que os partidos, independentemente da sua orientação ideológica, se vejam obrigados a incluir a imigração nas suas propostas, contribuindo para a sua institucionalização como tema permanente no espaço político.

Por fim, autores como Marchi e Zúquete (2024) salientam que a imigração já não é apenas uma preocupação periférica, mas um tema estruturante das democracias europeias. Está

presente nas agendas parlamentares, nas políticas públicas e nas decisões estratégicas dos partidos. A sua centralidade é reflexo de um mundo em transformação, e de uma sociedade que já não pode ignorar os desafios e oportunidades que a imigração representa.

Em suma, a imigração deixou de ser um tabu porque passou a ser inescapável. A conjugação entre maior visibilidade pública, mudança na linguagem política, pressão mediática e complexidade institucional transformou o tema numa questão incontornável da política contemporânea.

Conclusão

A imigração deixou há muito de ser um fenómeno periférico ou silencioso nas sociedades europeias, é hoje um dos temas mais visíveis, debatidos e politicamente relevantes da esfera pública. Em Portugal, tal como no resto da Europa, os fluxos migratórios desafiaram as fronteiras tradicionais da identidade nacional, da cidadania e da política social, colocando em evidência não apenas questões de acolhimento, mas também de inclusão, justiça e sustentabilidade democrática.

O país, tradicionalmente marcado pela emigração, transformou-se nas últimas décadas num território de chegada. Esta mudança foi acompanhada de avanços significativos nas políticas públicas de integração, mas também revelou fragilidades estruturais: o acesso desigual à habitação, a precariedade laboral, a dificuldade de reconhecimento de qualificações, a burocracia no acesso a documentos legais e a persistência de fenómenos de discriminação e exclusão.

No plano europeu, a imigração foi gradualmente politizada, deixando de ser tratada como uma mera questão administrativa para se tornar um campo de disputa simbólica e ideológica. A ascensão de partidos populistas de extrema-direita, a instrumentalização mediática do medo e a retórica securitária tornaram a imigração num “campo de batalha” discursivo, onde o que está em causa não são apenas políticas migratórias, mas visões opostas sobre a sociedade, a cultura e o futuro da Europa.

Contudo, este trabalho mostrou que há alternativas a esta visão fragmentária. A imigração pode e deve ser entendida como uma oportunidade para revitalizar economias envelhecidas, dinamizar comunidades locais, e enriquecer cultural e socialmente o tecido das sociedades. Para isso, é fundamental adotar uma abordagem assente em evidência científica, respeito pelos direitos humanos e construção de narrativas inclusivas, que reconheçam a dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua origem.

A imigração já não pode ser ignorada, nem reduzida a chavões ideológicos. Exige políticas públicas consistentes, comunicação responsável e, acima de tudo, um compromisso ético com a justiça social.

O caminho a seguir não passa por erguer muros, passa por construir pontes: entre culturas, entre instituições e entre cidadãos. Só assim será possível transformar o fenómeno migratório num motor de desenvolvimento e coesão num mundo cada vez mais interdependente e diverso.

Bibliografia

- Aalberg, T., & Beyer, A. (2015). Human interest framing of irregular immigration: An empirical study of public preferences for personalized news stories in the United States, France, and Norway. *Journal of Communication*, 65(4), 679–701. <https://doi.org/10.1177/0002764215573258>
- Baganha, I. M., Marques, C. J., & Góis, P. (2009). Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica. *Ler História*. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1979>
- Bade, K. (2003). *Migration in European history* (pp. 1–52). Wiley. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9780470754658>
- Caldeira, A. M. P. (2012). *A imigração em Portugal: o português, língua de acolhimento e as problemáticas da identidade linguística e cultural* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/9931>
- Cogo, D., & Zanetti, L. (2024). Brazilian immigrants and the increase in anti immigration discourse in Portugal. *Latinoamérica21*. <https://latinoamerica21.com/en/brazilian-immigrants-and-the-increase-in-anti-immigration-discourse-in-portugal>
- Cordeiro, V. (2023). Imigração controlada: o denominador comum da extrema direita europeia. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/controlo-da-imigracao-o-denominador-comum-da-extrema-direita-europeia-17547796.html>
- Dennison, J., & Geddes, A. (2018). A rising tide? The salience of immigration and the rise of anti immigration political parties in Western Europe. *Political Quarterly*, 89(3), 366–380. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12620>
- Espírito Santo, I. V. (2013). *Du clandestin au citoyen européen: Quand les immigrés portugais font figure de travailleurs (France, 1962–2012)* [Tese de doutoramento, Academia francesa]. HAL. https://theses.hal.science/file/index/docid/931035/filename/IEspiritoSanto_these_17dec2013.pdf
- Fihel, A., & Kaczmarczyk, P. (2023). Emigration from post communist Central Europe after 1989 interpreted within the aspirations/capabilities framework. *Comparative Population Studies*, 48, 1–29. <https://comparativepopulationstudies.de/index.php/CPoS/article/view/593>
- Góis, P. (2025). Desconstruindo falsas narrativas: A evolução dos fluxos migratórios em Portugal. *Blogue da Bertrand*. <https://www.bertrand.pt/blogue-somos-livros/livrolicos/artigo/desconstruindo%20falsas%20narrativas%20a%20evolucao%20dos%20fluxos%20migratorios%20em%20portugal/260447>

- Grande, E., Schwarzbözl, T., & Fatke, M. (2018). Politicizing immigration in Western Europe. *West European Politics*, 41(5), 960–993. <https://doi.org/10.1080/13501763.2018.1531909>
- Haas, H. D. (2010). Migration and development: A theoretical perspective. *International Migration*, 48(3), 3–25. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804>
- Indiana University Press. (2003). *Moving Europeans: Migration in Western Europe since 1650* (2nd ed.). Indiana University Press. https://books.google.pt/books/about/Moving_Europeans_Second_Edition.html?id=96zOZiiOKXgC
- Marchi, R. (2024). O populismo de extrema direita em Portugal: a cultura política dos membros do Chega. *Análise Social*, 59(1), 1–24. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/36512>
- Marchi, R., & Zúquete, P. J. (2024). Far right populism in Portugal: The political culture of Chega's members. *ResearchPortal ULisboa*. <https://researchportal.ulisboa.pt/en/publications/far-right-populism-in-portugal-the-political-culture-of-chegas-me>
- Muis, J., & Immerzeel, T. (2017). Causes and consequences of the rise of populist radical right parties and movements in Europe. *European Journal of Political Research*, 56(4), 886–906. <https://doi.org/10.1111/ejpr.12412>
- Pinho, A. (2013). A evolução das políticas de imigração e asilo em Portugal no contexto de uma Europa comunitária. *População e Sociedade*, 21, 45–69. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-21/a-evolucao-das-politicas-de-imigracao-e-asilo-em-portugal-no-contexto-de-uma-europa-comunitaria>
- Rocha Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das migrações*. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/f377b9d8-20b6-4219-be5b-731c05fed118>
- Rocha Trindade, M. B. (2009). *Migrações – permanência e diversidade*. Afrontamento. <https://www.edicoesafrontamento.pt/products/migracoes-permanencia-e-diversidade>
- Rocha Trindade, M. B. (2014). *Das migrações às interculturalidades*. Afrontamento. <https://www.edicoesafrontamento.pt/products/das%20migracoes%20as%20interculturalidades>
- Solano, G., & Huddleston, T. (2021). Beyond immigration: Moving from Western to global indexes of migration policy. *Global Policy*, 12(1), 70–84. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12809>
- Spencer, S., & Triandafyllidou, A. (2020). *Migrants with irregular status in Europe*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-34324-8>

Ströud, N. J. (2010). Polarization and partisan selective exposure. *Journal of Communication*, 60(3), 556–576. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2010.01497.x>

Vliegenthart, R., & Boomgaarden, H. G. (2007). Explaining the rise of anti immigrant parties: The role of news media content in the Netherlands. *Party Politics*, 13(4), 411–432. <https://doi.org/10.1177/1354068807076906>

Vliegenthart, R., & Boomgaarden, G. H. (2007). Real world indicators and the coverage of immigration and the integration of minorities in Dutch newspapers. *European Journal of Communication*, 22(4), 315–336. <https://doi.org/10.1177/0267323107079676>

Wagner, A. F., & Halla, M. (2015). Immigration and far right voting: New evidence. *VoxEU*. <https://cepr.org/voxeu/columns/immigration-and-far-right-voting-new-evidence>

